

Discurso proferido pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Tomaz Aroldo da Mota Santos, em reunião do Conselho Pleno da ANDIFES, realizada em Belo Horizonte no dia 27/02/1997.

---

Ao Conselho Pleno da Andifes:

Quero apresentar aos meus colegas Reitores das Universidades Federais uma proposta que é, ao mesmo tempo, um desafio e o encaminhamento da realização de um ideal.

Quero propor que criemos uma rede acadêmica interinstitucional sobre a negritude.

Minha proposta fundamenta-se numa reflexão sobre o papel e a missão da Universidade nesta etapa de evolução da sociedade ocidental, caracterizada pela progressiva superação das barreiras nacionais e pela valorização do indivíduo.

Começo por lembrar que a noção de Universidade como instituição moderna tem origem no século passado e inclui, essencialmente, o ideal de difusão e preservação da cultura produzida por um povo. Nesse sentido, ensino e pesquisa apresentaram-se, desde então, como funções próprias e prioritárias da Universidade, que passou a aparecer socialmente como a instituição organizadora do universo intelectual que dava identidade cultural a uma sociedade nacional.

Razão e cultura foram, sucessivamente, as idéias que, em especial na Alemanha, sintetizaram as missões fundamentais da Universidade. Nessa perspectiva, cabia à Universidade a produção da razão e o desenvolvimento da cultura visando à construção da identidade nacional.

A concepção de Universidade como lugar de afirmação e preservação do patrimônio cultural de um povo foi mudada pela visão da Universidade como lugar da excelência acadêmica, para o que tanto o ensino, quanto a pesquisa tornam-se atividades inseparáveis.

Esta visão desenvolveu-se nos Estados Unidos, onde a Universidade passou a ser encarada a partir da preocupação com a excelência, noção que, no

entanto, não tem significado preciso e unívoco, nem mesmo em termos de critérios de quantificação que pudessem ser universalmente aceitos.

Entre nós, difundiu-se mais o discurso sobre a qualidade que deveria ser atributo do trabalho desenvolvido pelas Universidades Públicas.

Excelência e qualidade são conceitos que, a meu ver, exigem explicitação rigorosa quando aplicados à instituição universitária. O que querem dizer, exatamente?

Qualidade não é característica intrínseca de uma instituição. É, antes, manifestação valorativa (de satisfação) de um cliente (consumidor) com o produto adquirido ou serviço que lhe foi prestado. Trata-se, assim, de indicador que considero inadequado para descrever ou para tornar-se referência que caracterize uma instituição que lida com idéias.

E a excelência, o que quer dizer? Penso que tal conceito só se torna significativo quando a expressão “universidade de excelência” é contextualizada. Excelência em que?, para que?

Não há, portanto, a meu ver, como pensar e avaliar a Universidade como instituição especializada em ensino e pesquisa sem se ter a máxima clareza com relação à missão maior que lhe cabe na dinâmica viva das sociedades em que está inserida.

Vejo esta missão como sendo eminentemente cultural, dentro da qual a Universidade aparece, como já afirmei antes, como instituição organizadora das identidades coletivas.

Assim sendo, justifica-se a tese que passo agora a defender explicitamente, segundo a qual cabe à Universidade papel crucial no processo de superação de desigualdades sociais que dificultam ou mesmo impedem a integração completa de todos os indivíduos e grupos de uma sociedade determinada, que pretenda ser moderna.

Chamo de integração social completa à situação em que a dignidade e os direitos de todos são reconhecidos e afirmados publicamente no convívio social. Preconceitos e atitudes de discriminação podem continuar a existir, mas são publicamente sancionados e passam a ser “politicamente incorretos”, se posso me fazer entender através desta expressão que já caiu no gosto da mídia.

Qual o papel da Universidade nesse complexo processo de construção de uma sociedade bem integrada?

Para identificá-lo em toda a plenitude vou introduzir aqui uma idéia trabalhada pelo sociólogo canadense Charles Taylor, que é a idéia de multiculturalismo.

Taylor usa este conceito para referir-se a atitudes, condutas, movimentos sociais e políticas públicas que visam a reconhecer diferentes comunidades culturais na sociedade, sejam elas formadas por etnias, línguas, religiões ou outros pontos de referência para a constituição de identidades sociais.

Taylor explora o tema a partir do que chama de “política do reconhecimento”. Mostra ele como a experiência do multiculturalismo está associada a expectativas ou demandas de reconhecimento vocalizadas principalmente por minorias ou por grupos sociais subalternos.

Diz este pensador: “a demanda por reconhecimento suscita uma ligação entre reconhecimento e identidade, onde ‘identidade’ designa algo como quem somos nós, quais são nossas características fundamentais que nos definem como seres humanos. A tese é que nossa identidade é, em parte, moldada pelo reconhecimento ou pela sua ausência”. Acrescenta Taylor: “o não reconhecimento ou o mau reconhecimento pode causar prejuízo, por ser uma forma de opressão, aprisionando alguém num modo de ser que é falso, distorcido e reduzido.”

É fácil verificar o valor desta tese ao observarmos vários grupos sociais para os quais a falta de reconhecimento ou o reconhecimento negativo provoca sentimentos de auto-depreciação ou de auto-desqualificação, formas de auto-imagem que efetivamente funcionam como instrumentos de opressão social.

Neste ponto de minha exposição invoco a idéia da “universidade de excelência” para dar a ela um conteúdo bem definido. A meu ver, uma “universidade de excelência”, se assim quer constituir-se em relação à sociedade em que se encontra, é aquela atenta à dinâmica social, propondo dirigi-la rumo a ideais libertários. Em outras palavras, a excelência da Universidade deveria ser medida pelos valores que ensina e pela significação humana dos temas que pesquisa.

Nessa perspectiva, parece-me crucial que a Universidade tome para si como prioritário o tema do multiculturalismo, vendo nele a síntese de todas as questões relacionadas à construção de sociedades bem integradas e socialmente justas, que é o grande ideal político e filosófico do mundo moderno.

Ora, a situação do mau reconhecimento alcança claramente a população negra no Brasil, quaisquer que sejam os indicadores sociais tomados como referência para examinar sua posição relativa na fruição de bens culturais, sociais e econômicos produzidos no país, para não falar de sua marginalização na política.

Não desconheço que a mesma negatividade atinge outros grupos que compõem a sociedade brasileira, sejam os índios, os mestiços ou os brancos pobres. O desafio da integração social plena é grande em nosso país.

Proponho que nos ocupemos primeiro da população negra, que peso tão grande tem na formação do Brasil.

O reconhecimento pleno deste segmento de nossa sociedade pressupõe, a meu ver, duas linhas de ação. Uma, relacionada à instituição efetiva da cidadania para os negros, ou seja, da realização da igualdade no plano dos direitos civis, políticos e sociais. Outra, relacionada à valorização da diferença, a ser traduzida nas concepções e atitudes de positividade que deve ser atribuída à etnia e à tradição cultural dos negros brasileiros.

Proponho que as Universidades Federais assumam o compromisso de promover a política para o reconhecimento da população negra através de seus programas de ensino, de pesquisa e de extensão. Proponho seu engajamento em ações que visem a superar as desigualdades no plano da vida material e da cidadania e a estimular a valorização das diferenças que caracterizam os negros como grupo social.

Para realizar este ideal, parece-me adequada a proposta de criação de uma rede interuniversitária que coordene e realize estudos, pesquisas, eventos, projetos de ensino e de extensão com o objetivo de recuperar a auto-estima de camadas sociais subalternas, de valorizar a população negra e de promover a convivência pluralista de indivíduos, independentemente de sua origem étnica.

Como medida prática para dar início a esta rede, sugiro a constituição de um grupo de dirigentes universitários para coordenar sua implantação (julgo

que um grupo de cinco pessoas daria conta eficientemente das tarefas próprias da fase de discussão e implantação da rede).

Paralelamente, nossa Associação trataria de identificar as Universidades federais que já tenham centros, núcleos, grupos de estudos ou estruturas similares que se dedicam aos temas relacionados à população negra, para que estas formem oficialmente a rede. (Evidentemente, a rede pode sempre ser ampliada, à medida que novos grupos e centros de pesquisa se constituam nas Universidades que não fizerem parte do núcleo inicial).

Num futuro breve, promoveríamos uma reunião nacional de representantes das Instituições Federais de Ensino Superior para formalizar a criação da rede.

Penso que assumir este desafio no limiar do século XXI enobrece as Universidades Públicas que, decididamente, não podem ser reduzidas apenas à pesquisa tecnológica e à função de prestação de serviços para o setor produtivo.

Quero induzi-los, caros colegas Reitores, a pensar na missão cultural da Universidade e a considerá-la um objetivo maior desta instituição que tanto prezamos e buscamos valorizar.

Nesta etapa histórica em que as fronteiras nacionais deixam de ser a demarcação rígida do lugar dos indivíduos e o espaço global passa a ser a referência para a identidade de tantas pessoas, trabalhemos para que as Universidades Federais contribuam para o reconhecimento de todos os segmentos marginalizados e subalternos da sociedade brasileira. Trabalhemos para que possam ter os meios de achar seu lugar no mundo globalizado ou os meios de lutar por ele.

Os negros brasileiros são apenas um dos segmentos subalternos no mundo globalizado. Há outros sobre os quais o olhar da Universidade pode lançar sua atenção libertadora: as mulheres, a infância e a velhice desvalidas, os homossexuais, as populações indígenas.

Penso que esta missão cultural e política enaltece a Universidade e a fortalece como instituição social e não só acadêmica, neste momento em que está sendo tão criticada em todo o mundo.